ATA Nº 30 26 ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12/04/2022

AL- 1

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Herculano Borges e secretariada pelos Deputados Evander Vendramini e Mara Caseiro, Primeiro-Secretário e Segunda-Secretária, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Bom dia, Senhores Deputados Pedro Kemp, Evander Vendramini e Mara Caseiro, presentes aqui no Plenário! Bom dia, Deputados Paulo Duarte, Capitão Contar, Coronel David, Amarildo Cruz, Felipe Orro, Professor Rinaldo, Barbosinha, Marcio Fernandes, Lucas de Lima, Marçal Filho, Gerson Claro! Esses são os colegas que visualizo no início dos trabalhos. Saúdo também os servidores que estão aqui no Plenário e também quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pela internet. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Convido a Deputada Mara Caseiro a assumir a Segunda-Secretaria e proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Deputada Mara Caseiro) - Bom dia, Senhor Presidente e nobres Deputados. Leitura da ata. "Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Capitão Contar, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Vinte e Oito da Vigésima Quarta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Herculano Borges, Amarildo Cruz. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal online, o Projeto de Lei nº 161/2021, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 307/2021, de autoria do Deputado Renato Câmara; Projeto de Lei nº 53/2022, de autoria do Deputado Jamilson Name. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 402/2021, de autoria do Deputado Capitão Contar. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Aparecida Maria Zanirato Contini; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Marçal Filho, endereçada à Escola Erasmo Braga pelo 83º ano de atividades; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Evander Vendramini, endereçada ao Senhor Adauto Rodrigues de Oliveira, agropecuarista que iniciou sua trajetória, com a própria lavoura, em 1990, no Município de Guia Lopes, e, em 1999, foi para o Município de Miranda, onde, na Fazenda San Francisco, iniciou suas atividades de plantio de arroz irrigado; ademais, também assumiu a presidência do Sindicato Rural de Miranda e Bodoquena, por dois mandatos (2012 a 2018), desenvolvendo ações que trouxeram benefícios ao pequeno, médio e grande produtor; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Jamilson Name,

ATA Nº 30 26 ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12/04/2022

AL-2

endereçada ao Senhor Carlos Roberto do Nascimento, Terceiro-Sargento da Polícia Militar do 3º Pelotão de Rio Verde de Mato Grosso: requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Jamilson Name, endereçada ao Coronel da Polícia Militar Marcos Paulo Gimenez, Comandante-Geral da PMMS, ao Soldado Muryllo Henrique Sandim Serafim e ao Aspirante a Oficial Max William Alves, policiais militares da 10ª Companhia Independente de Polícia Militar, que, na noite do dia 2 de abril do corrente ano, salvaram a vida de um bebê de apenas dez dias de vida que se encontrava engasgado; requerimento, de autoria do Deputado Renato Câmara, solicitando a realização de audiência pública, na forma híbrida, no dia 29 de abril de 2022, sobre o tema: 'Contribuição dos Estados para a Implementação da NDC (Contribuição Nacional Determinada) Brasileira'; requerimento de informações, de autoria do Deputado Felipe Orro; indicações, de autoria dos Deputados Professor Rinaldo, Mara Caseiro, Renato Câmara, Marcio Fernandes, Herculano Borges, Pedro Kemp, Zé Teixeira, Jamilson Name, Felipe Orro, Gerson Claro, Capitão Contar, Paulo Corrêa e Lucas de Lima. EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Usaram da palavra os Deputados Evander Vendramini, Coronel David, Amarildo Cruz e Paulo Corrêa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de abril do ano de dois mil e vinte e dois". Lida a ata, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Obrigada, Deputada Mara Caseiro. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Convido o Deputado Evander Vendramini a ocupar a Primeira-Secretaria e proceder à leitura do expediente de hoje.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (Deputado Evander Vendramini) - Bom dia, Senhor Presidente e nobres pares! Bom dia a todos que nos assistem pela TV e Rádio Assembleia! Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de abril de 2022: Ofício nº 168.0.073.0019/2022, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando o anteprojeto de lei que visa à modificação dos artigos 127, 127-A e 155 da Lei nº 3.310, de 14 de dezembro de 2006, e à revogação do parágrafo 2º do artigo 204 da Lei Estadual nº 1.511, de 5 de julho de 1994 (Prot. nº 24.876/2022); Ofício nº 168.0.073.0020/2022, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando o anteprojeto de lei que visa a acrescer os parágrafos 1º ao 4º ao artigo 4º da Lei nº 4.359, de 7 de junho de 2013 (Prot. nº 24.874/2022); Mensagem nº 15/2022, do Poder Executivo, encaminhando os seguintes convênios: ICMS, Protocolos ICMS e Ajustes (Sinief), celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) (Prot. nº 24.834/2022); Ofícios nºs 84/2022, da Fundação Nacional de Saúde, respondendo às indicações dos Deputados Felipe Orro e Pedro Kemp (Prot. nº 879/2022); Ofício nº 196/2022, Caixa Econômica Federal, respondendo à indicação do Deputado Coronel David (Prot. nº 24.835/2022); Ofício nº 542/2022, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, encaminhando os relatórios dos Termos de Fomento, Colaboração, Convênios e Termos Aditivos registrados pelo Governo do Estado, no mês de março de 2022 (Prot. nº 24.856/2022); Ofício nº 1.003/2022, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do Deputado Jamilson Name (Prot. nº 24.839/2022); Ofícios nºs 486, 488, 516, 517, 522 e 523/2022, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos Deputados

ATA Nº 30 26 ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12/04/2022

AL-3

Lucas de Lima, Pedro Kemp e Zé Teixeira (Prot. nos 24.786, 24.782, 24.784, 24.783, 24.830, 24.785/2022). Lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Evander Vendramini. Passemos à Segunda Parte do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Duas indicações, de autoria do Deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada indicação deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antonio Carlos Videira, considerando a alarmante escalada da violência contra crianças e adolescentes (Prot. nº 01231/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada indicação deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, Senhor Jaime Elias Verruck, para que realize, com a maior brevidade possível, a recomposição, ativação e funcionamento do Conselho Estadual de Pesca do Estado de Mato Grosso do Sul (Conpesca/MS), e tudo isso em observância da Lei Estadual nº 1.787/1997 (Prot. nº 01232/2022). Quatro indicações, de autoria do Deputado Antonio Vaz. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a revitalização do ginásio de esportes do Núcleo Industrial (Prot. nº 01222/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seia encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito de Jaraguari. Senhor Edson Rodrigues Nogueira, com cópia à Secretária Municipal de Saúde, Senhora Vanessa da Silva Gomes, solicitando a reabertura e revitalização do posto de saúde do Assentamento Estrela (Prot. nº 01223/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a realização de patrulha policial no Assentamento Estrela, devido ao aumento da criminalidade no local (Prot. nº 01224/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a implementação de base do Corpo de Bombeiros em Miranda, a fim de atender à necessidade da população (Prot. nº 01225/2022). Cinco indicações e quatro moções de congratulação, de autoria do Deputado Barbosinha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a execução de obras de encascalhamento e patrolamento na Estrada Vicinal conhecida como Estrada da Fazenda Jararaca, no Distrito de Itahum, em Dourados (Prot. nº 01185/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de



AL- 4

Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Margues Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando providências para que as obras de pavimentação asfáltica realizadas no segundo semestre de 2021 na Rua Filomeno João Pires, em Dourados, por intermédio do Contrato Administrativo nº 57/100.962/2020, sejam refeitas (Prot. nº 01190/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a destinação de recursos financeiros para a construção de um porto com ancoradouro, trapiche e rampa de lançamento de barcos no Município de Coxim (Prot. nº 01206/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, Ministro de Estado da Saúde, ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, e ao Senhor Flávio da Costa Britto Neto, Secretário de Estado de Saúde, solicitando que o Município de Ivinhema seja um dos contemplados pelo Programa 'Cuida Mais Brasil', do Governo Federal (Prot. nº 01205/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Montes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Jaime Elias Verruck, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, com cópia ao Senhor Enelto Ramos da Silva, Prefeito do Município de Sonora, solicitando a destinação de recursos financeiros para a aquisição de dois caminhões basculantes e uma retroescavadeira para o Município de Sonora (Prot. nº 01204/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhada moção de congratulação ao Atleta Sammer Campos Abdallah, por ter estabelecido o recorde sul-mato-grossense na prova de natação duzentos metros livre no evento 'Copa das Federações', que ocorreu em 13 de outubro de 2021, no Rio de Janeiro (Prot. nº 01195/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhada moção de congratulação à Atleta Amanda Campos Abdallah, por ter estabelecido o recorde sulmato-grossense nas provas de natação cem metros borboleta e duzentos metros borboleta no Campeonato Brasileiro Juvenil de Verão, que ocorreu em 23 de novembro 2021, em Porto Alegre (Prot. nº 01194/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhada moção de congratulação à Atleta Bruna Ramos Scaff, por ter estabelecido o recorde sul-mato-grossense na prova de natação cem metros costas no Campeonato Brasileiro Juvenil de Verão, que ocorreu em 23 de novembro 2021, em Porto Alegre (Prot. nº 01193/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhada moção de congratulação ao Atleta Lucas Martins Bragança, por ter estabelecido o recorde sulmato-grossense na prova de natação duzentos metros peito no Campeonato Brasileiro Junior de Verão, que ocorreu em 7 de dezembro de 2021, no Rio de Janeiro (Prot. nº 01188/2022). Uma indicação, um requerimento e um projeto lei, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Indico à Mesa, na forma do regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário



ATA Nº 30 26 ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12/04/2022

AL- 5

Estadual de Justiça e Segurança Pública, bem como ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Senhor Marcos Paulo Gimenez, ao Comanante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Hugo Djan Leite, solicitando estudo de viabilidade para o oferecimento de 'curso de abordagem diferenciada a pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista' aos militares do Estado (Prot. nº 01230/2022). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Diretor- Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, Senhor Andre Borges Barros de Araújo, com cópia ao Superintendente do Ibama de Mato Grosso do Sul, Senhor Carlos de Oliveira Guandalim, e ao Senhor Jorge Antônio Ferreira de Lara, Chefe-Geral da Embrapa Pantanal, solicitando a análise e o diagnóstico da seca do Córrego das Pedras, localizado na região do Urucum, no Município de Corumbá (Prot. nº 01212/2022). Projeto de lei que estabelece princípios para o atendimento especializado aos órfãos do feminicídio (atenção e proteção), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 01207/2022). Uma indicação e uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Felipe Orro. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando a estadualização da estrada vicinal que dá acesso ao corredor conhecido como Sete Voltas, que vai até o Distrito de Vista Alegre, no sentido Passa 5, no Município de Maracaju (Prot. nº 01233/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Hélio Corrêa de Assunção pela realização do 13º Leilão do Nelore Pintado PO & Convidados, importante e tradicional evento do Estado, ocorrido no último dia 2 de abril, em Campo Grande (Prot. nº 01228/2022). Três indicações e um projeto de lei, de autoria do Deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com cópia ao Senhor Coronel QOPM Marcos Paulo Gimenez, Comandante-Geral da Polícia Militar, solicitando a reforma do pelotão do Bairro Tiradentes (Prot. nº 01183/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Adriane Lopes, Prefeita de Campo Grande, com cópia ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a execução do serviço de patrolamento e encascalhamento nas vias públicas do Bairro Jardim Noroeste, a execução de obras de drenagem e esgoto, bem como a manutenção dos postes de iluminação pública, inclusive com a colocação de braços completos (Prot. nº 01216/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Antonio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, reiterando solicitação protocolada no dia 16 de junho de 2021, no sentido de viabilizar a implantação de uma base comunitária de policiamento no Bairro Jardim Noroeste (Prot. nº 01215/2022). Projeto de lei que altera a redação do artigo 173-A da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, nos termos que especifica (Prot. nº 01221/2022). Uma moção de congratulação, de autoria do Deputado João Henrique. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Doutora Susan Gomez Chambi, alusiva ao Dia do Infectologista,



AL- 6

comemorado anualmente no dia 11 de abril (Prot. nº 01211/2022). Duas moções de congratulação, três indicações e um projeto de lei, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Valdir Couto de Souza Júnior, Prefeito de Nioaque, com cópia ao Senhor Silas Nunes Ferreira, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 8 de abril de 2022 (Prot. nº 01192/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Senhor Edilson Magro, Prefeito de Coxim, com cópia ao Senhor Willian Mendes da Rocha Meira, Presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 11 de abril de 2022 (Prot. nº 01191/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seia encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado. Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando que a poda da árvore localizada na Rua Armando Holanda, em frente à Escola Estadual Sebastião Santana de Oliveira, no Conjunto José Abrão (Prot. nº 01235/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, e ao Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, solicitando a implementação de iluminação pública na Rodovia Estadual Pedro Palhano (MS-156), no trecho compreendido entre os Municípios de Itaporã e Dourados (Prot. nº 01238/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor Desembargador Carlos Eduardo Contar, solicitando que as pessoas desempregadas sejam isentas de recolher a taxa de emissão de Certidão Positiva no Tribunal de Justiça do Estado (Prot. nº 01237/2022). Projeto de lei que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Nível Superior (ASMNS), com sede e foro no Município de Campo Grande (Prot. nº 01236/2022). Uma moção de congratulação, de autoria da Deputada Mara Caseiro. Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à pequena Miss Sul-Mato-Grossense Isabella Barroso, por ter ganhado o prêmio de Miss Infantil Brasil em concurso realizado no dia 19 de março de 2022, no Município de Curitiba, no Paraná (Prot. nº 01196/2022). Duas indicações, de autoria do Deputado Marçal Filho. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Renato Marcílio da Silva, Secretário de Estado de Infraestrutura, solicitando a construção de uma ciclovia na Rodovia MS-156, no trecho compreendido entre os Municípios de Itaporã e Dourados (Prot. nº 01197/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, e ao Senhor Eduardo Rocha, Secretário de Estado de Governo, solicitando a destinação de um caminhão de coleta de lixo para o Município de Rio Verde (Prot. nº 01202/2022). Uma indicação, de autoria do Deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, em consonância com os artigos 160, VI, e 176 do Regimento Interno, ouvido o



AL- 7

colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio, solicitando a construção de túneis que passem por baixo da MS-378 (que está sendo asfaltada) para passagem de maquinário de produção e escoamento de cana (pelo menos a cada 3 quilômetros) dentro das propriedades rurais que foram divididas pela Rodovia MS-378, no trecho que liga a BR-463 e a MS-278 (Prot. nº 01200/2022). Quatro indicações, de autoria do Deputado Neno Razuk. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário Estadual de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a execução do serviço de pavimentação, alargamento e rebaixamento no trecho da BR-339 que fica próximo à Serra do Campina, no Município de Bodoquena (Prot. nº 01198/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Coordenador do Distrito Sanitário Especial Indigena (DSEI), Senhor Luiz Antonio de Oliveira Junior, solicitando a reativação do poço d'água da Aldeia Paraguaçu, no Município de Paranhos (Prot. nº 01199/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeita de Campo Grande, Senhora Adriane Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando a pavimentação asfáltica na Linha de ônibus 107 (Centro-Oeste - Jardim Uirapuru) (Prot. nº 01201/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Superintendente do Procon Estadual, Senhor Rodrigo Bezerra Vaz, solicitando a adoção de medidas contra a Empresa Energisa, por conta do aumento exorbitante na conta de energia elétrica no Município de Água Clara (Prot. nº 01203/2022). Uma moção de congratulação, uma indicação, um projeto de lei e um requerimento, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 173, XVI, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos jornalistas do Estado, na pessoa do Senhor Walter Gonçalves Filho, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso do Sul, pelo Dia do Jornalista, comemorado anualmente em 7 de abril (Prot. nº 01181/2022). Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado, com cópia ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, pleiteando a execução da Operação Tapa-Buraco na Rodovia MS-299, linha internacional, no trecho compreendido entre os Municípios de Japorã e Sete Quedas (Prot. nº 01229/2022). Requeiro à Mesa, conforme os termos regimentais, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 9 de maio de 2022, às nove horas, para a realização de Audiência Pública com o tema 'Serviço de Recapeamento da Rodovia BR-060, trecho entre o trevo da BR-163 e o Município de Chapadão do Sul'. Requeiro, ainda, a disponibilização de assessoria de imprensa, transmissão ao vivo pela TV e Rádio da Assembleia, serviços de fotografia, cerimonial, copa e segurança (Prot. nº 01234/2022). Projeto de lei Denomina "Clovis de Barros" a Rodovia MS-214, que liga o Município de Coxim ao Paiaguás, Município de Corumbá (Prot. nº 01227/2022). Um requerimento e uma indicação, de autoria do Deputado



AL- 8

Pedro Kemp. Requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja disponibilizado o Plenário Júlio Maia para a realização de Audiência Pública referente à 'Terceirização dos Serviços de Segurança Patrimonial nas Escolas de Mato Grosso do Sul', no dia 11 de maio, das treze horas e trinta minutos às dezessete horas (Prot. nº 01213/2022). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na Rua Hilário Rocha, próximo aos números 540 e 1039, no Bairro Universitário (Prot. nº 01226/2022). Três indicações, de autoria do Deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a viabilização de uma patrulha mecanizada, com seus implementos, para atender os pequenos produtores da Associação Indígena de Agricultores de Sidrolândia (Associação Mamedes), localizada no Município de Sidrolândia (Prot. nº 01209/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, solicitando a reforma geral do prédio da Escola Estadual Antônio Valadares, localizada no Município de Terenos (Prot. nº 01208/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a pavimentação asfáltica das vias do Bairro Santa Felicidade, no Município de Dourados (Prot. nº 01240/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a viabilização de calcário para atender os pequenos produtores do Assentamento Triunfo, localizado no Município de Coxim (Prot. nº 01239/2022). Quatro indicações, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a viabilização de recursos da União para a aquisição de sete máquinas de costura para atender ao Programa Maria Maria, do Clube de Mães Ana Nery, no Município de Caarapó (Prot. nº 01184/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senhora Deputada Federal Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, solicitando a viabilização de recursos da União para a aquisição de três caminhões (tipo vassoura, caçamba, e pipa) para o Município de Rio Brilhante (Prot. nº 01189/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando que sejam feitas melhorias no prédio da Escola Estadual Senhor José Manoel Fontanillas Fragelli (com a construção da cobertura do pátio, bem como de uma sala para acomodar materiais esportivos, kits escolares, de arte e cultura), no Município de Angélica (Prot. nº 01186/2022). Indico à Mesa, na forma regimental,

ATA Nº 30 26 ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12/04/2022

AL-9

ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a formalização de convênio com o Poder Executivo Municipal de Rio Brilhante, visando à construção de um parque de lazer (com lago, pista de caminhada, ciclovia e concha acústica) na área de preservação localizada entre a Rua da Consolação e a Avenida Augusto Lopes da Silva, próximo ao Pró-Moradia XIV, bem como a abertura do acesso ao Parque Industrial, na Rua Prefeito Athayde Nogueira (Prot. nº 01187/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Deputada Federal Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, solicitando a viabilização de recursos da União para a aquisição de uma patrulha mecanizada (composta por trator, concha e lâmina, grade niveladora, tanque de cinco mil litros e carreta agrícola) para atender os suinocultores do Município de Dourados e região (Prot. nº 01219/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a reforma geral do prédio da Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja, localizada no Distrito de Itahum (Prot. nº 01220/2022).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao GRANDE EXPEDIENTE. Quero destacar a presença dos Deputados Paulo Corrêa, Jamilson Name, Coronel David e Felipe Orro aqui no Plenário.

DEPUTADO PAULO CORRÊA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA - Eu gostaria de agradecer a presença dos Senhores Deputados na reunião de hoje com o Governador Reinaldo Azambuja, que veio nos trazer uma grande notícia sobre as emendas de 2021. A partir de hoje, ele começará a liberar praticamente R\$ 28 milhões dos R\$ 36 milhões reivindicados por Vossas Excelências. Neste momento, eu passo a palavra ao Deputado Herculano Borges, que vai presidir a Sessão. Logo mais, às onze horas e trinta minutos, eu e o Deputado Pedro Kemp temos uma missão oficial na Presidência. Se Deus quiser, vai dar tudo certo. Obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Obrigado, Senhor Presidente. Não há orador inscrito no Grande Expediente. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à ORDEM DO DIA. Item 1. Em redação final. O Deputado Renato Câmara não está presente. Mas, conforme o Regimento Interno, nós podemos votar um projeto em redação final, mesmo com a ausência do autor. Projeto de Lei nº 307/2021. Autor: Deputado Renato Câmara. "Denomina 'Cândido Ottoni' a Rodovia Estadual MS-324, no trecho entre a MS-223 e a BR-060". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 307/2021, de autoria do Deputado Renato Câmara.

AL-10

Presidente - Deputado Herculano Borges.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Antonio Vaz? Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

REALIZADA EM 12/04/2022

AL-11

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Paulo Duarte? Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Bom dia, Presidente em exercício Deputado Herculano Borges! Quero apenas manifestar minha alegria em ter participado ontem com Vossa Excelência da assinatura do termo dos futuros acadêmicos da Uems. Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Perfeitamente, meu amigo. Como vota o Deputado Renato Câmara?

AL-12

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Bom dia, Presidente e nobres colegas! Agradeço os votos favoráveis. Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Encerrada a votação. Solicito o resultado à Segunda-Secretária.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Deputada Mara Caseiro) - Presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 53/2022. Autor: Deputado Jamilson Name. "Denomina 'Cláudio Valério da Silva' o trecho da Rodovia MS-170 que liga o entroncamento da MS-347 ao Município de Anastácio". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 053/2022, de autoria do Deputado Jamilson Name.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim

REALIZADA EM 12/04/2022

AL-13

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado **Evander Vendramini?**

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Marçal Filho? Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

AL-14

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Encerrada a votação. Solicito o resultado à Segunda-Secretária.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Deputada Mara Caseiro) - Senhor Presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 55/2022. Autor: Poder Judiciário. "Modifica a Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Marçal Filho. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 55/2022, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

REALIZADA EM 12/04/2022

AL-15

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado **Evander Vendramini?**

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

AL- 16

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Encerrada a votação. Solicito o resultado à Segunda-Secretária.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Deputada Mara Caseiro) - Senhor Presidente, são quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Aprovado. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 064/2022. Autor: Deputado Capitão Contar. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dia Estadual do Perito Oficial Forense". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Professor Rinaldo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 064/2022, de autoria do Deputado Capitão Contar.

Presidente - Deputado Herculano Borges.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segunda-Secretária - Deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

ATA Nº 30 26 ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12/04/2022

AL- 17

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

AL- 18

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Solicito à Segunda-Secretária o resultado da votação.

SEGUNDA-SECRETÁRIA (Deputada Mara Caseiro) - São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: dois requerimentos e três indicações. Declaro aprovados os dois requerimentos e as três indicações. Não temos nesta manhã nenhuma moção de pesar. Passemos às EXPLICAÇÕES PESSOAIS. Primeiro inscrito, o Deputado Pedro Kemp; segundo, o Deputado Amarildo Cruz; terceira, a Deputada Mara Caseiro; e quarto, o Deputado Barbosinha. Mais alguém?... Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência tem a palavra, por até dez minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estava com muitas saudades da tribuna da Assembleia Legislativa. Depois de praticamente dois anos, dois anos e meio quase, de sessões remotas, estamos aos poucos retomando a normalidade. A partir de maio, acredito que estaremos praticamente com todos os Deputados de volta, o que é muito



REALIZADA EM 12/04/2022

AL-19

bom, porque o Parlamento não é só votar projetos, é também o espaço do debate, de questões que interessam à população; debate de projetos, de ideias, de proposições — por isso denominamos esta Casa de Parlamento: é lugar de "parlare", de falar, de debater. Mas o que me traz hoje à tribuna, Senhor Presidente, é a nossa preocupação com a economia do nosso País, que praticamente está à deriva. Até pergunto se o Ministro da Economia continua ministro, porque não estamos vendo da parte dele, do Ministério da Economia, nenhuma providência, nenhum projeto sendo anunciado, nenhuma medida sendo apresentada para fazer frente à inflação, para fazer frente ao aumento de preços dos combustíveis e dos alimentos. Falo de combustíveis porque isto acaba impactando toda uma cadeia, que é a do transporte de alimentos, de insumos, que ainda é muito dependente do transporte rodoviário; afeta também aqueles que precisam abastecer o seu veículo para ir para o trabalho. Agora, o preço dos alimentos vem subindo de uma forma assustadora, basta ir ao supermercado, ao acouque, para ver; as pessoas estão revoltadas e assustadas com esse constante aumento de preços. Nós tivemos ontem, dia 11, o anúncio da inflação do mês de março: ficou em 1,62%, após uma alta de 1,01% registrada em fevereiro. Isto foi anunciado pelo IBGE. Esta inflação do mês de março, segundo os especialistas, foi puxada pela disparada dos preços dos combustíveis — é a maior taxa para o mês de março desde 1994, antes mesmo da implantação do Plano Real. Trata-se também da maior inflação mensal desde janeiro de 2003, quando se registrou 25%. Ontem o presidente do Banco Central deu uma declaração dizendo-se "surpreso" com o anúncio dessa inflação. Esse governo na verdade perdeu totalmente as rédeas da economia, dos destinos do País, parece que deixa o barco correr ao sabor do vento. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, entregou o governo para o Centrão — no Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados —, Centrão que vem inclusive tocando as finanças a partir do chamado "orçamento secreto", que é o maior absurdo da história deste País — o maior absurdo, algo até difícil de imaginar, está acontecendo agora neste governo, comandado pelo Centrão. Pois o Centrão, senhores, elaborou um orçamento sem transparência, sem que a população possa saber onde é que o dinheiro público está sendo aplicado, quem é que tomou a iniciativa de fazer a destinação daquele recurso... Quer dizer: tudo é secreto, tudo é por debaixo dos panos! O Supremo Tribunal Federal, inclusive, já solicitou à Câmara dos Deputados transparência nesse processo da destinação das emendas parlamentares, das chamadas "emendas de relator". Ora, a existência de um "orçamento secreto" vai contra os princípios da República, contra os princípios do Estado democrático de direito, onde tudo na administração pública deve ser às claras. transparente, deve possibilitar o controle, a fiscalização da sociedade. De maneira que o governo deixou de governar, preferindo entregar a administração dos recursos para o Centrão, na Câmara dos Deputados. Nós sabemos que esse Centrão é formado por parlamentares fisiológicos, diria até que o que há de pior na política está ali naquele Centrão. Ali é uma política ruim, viciada, é a velha política do toma-lá-dá-cá, onde a destinação dos recursos é feita de forma bastante questionável, bastante contrária aos interesses da administração pública. É um completo descontrole, e nós não vemos por parte do governo, por parte do Ministério da Economia, nenhum anúncio de uma medida que possa conter essa escalada de preços, que possa conter a inflação que estamos amargando neste período. Ou seja, é a carestia, é pobreza aumentando, é a miséria se alastrando, é a fome — o Brasil voltou para o mapa da fome, já tínhamos

AL-20

saído dessa condição... Mas hoje nós temos doze milhões de pessoas encontrando dificuldades para se alimentar adequadamente, todos os dias. É uma realidade absurda que nós não podemos mais aceitar. Não podemos aceitar que em nosso País, um importante produtor de alimentos, exportador de alimentos para o mundo todo, haja tantas pessoas vivendo nessas condições. Então há uma revolta, e eu trago agui essa insatisfação; as pessoas conversam conosco, nos trazem suas angústias, reclamam que está ficando muito difícil suportar o aumento no preço dos alimentos, essa inflação, que tem trazido muitas dificuldades para o assalariado, principalmente para o desempregado, para aquele que vive do auxílio emergencial, do Auxílio Brasil, ou de algum outro programa de assistência. Essas pessoas estão realmente numa situação bastante complicada. É lamentável que nós não tenhamos da parte do governo medidas concretas, é lamentável que da Pasta da Economia não venha nenhuma providência que faça frente a esses aumentos de preços, que alivie ao menos a cesta básica, para que a população possa ter acesso ao básico, que é a alimentação. Então eu gostaria de trazer aqui esta realidade: no mês de março, a maior inflação desde 1994: 1,62%. Pelo andar da carruagem, ainda vamos ter muitos problemas daqui para o fim do ano. A minha esperança é a mudança de governo, a minha esperança é que no dia 2 de outubro a população vá às urnas e reprove, retire do governo essa equipe tão incompetente, incapaz de dar respostas aos problemas que o povo vem amargando hoje no País.

DEPUTADO FELIPE ORRO - Vossa Excelência me permite um aparte?

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Deputado Pedro Kemp e Deputado Felipe Orro, o tempo está se esgotando, então não vai ser possível o aparte, a não ser que o próximo orador conceda mais dez minutos. Vossa Excelência pode se inscrever se quiser fazer uso da palavra... Se for breve, vou permitir, e concedo mais um minuto para o Deputado Pedro Kemp finalizar.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Agradeço, Deputado. Gostaria de ouvir o Deputado Felipe Orro.

palavras. Nós que estamos andando pelo interior do Estado estamos testemunhando o mesmo quadro. Eu sou oriundo do interior, de uma região carente, que enfrenta enormes dificuldades na geração de emprego... Nós também estamos vendo muitas e muitas famílias passando por situação de risco alimentar, gente que não está conseguindo levar para a mesa dos seus filhos, da sua família, o pão de cada dia. Há gente comprando menos comida, porque não tem dinheiro: a situação realmente está muito difícil para muitas famílias. Não estamos aqui falando de soluções milagrosas, nem indagando de quem é a culpa, estamos aqui para dizer que essa situação exige o empenho de toda a classe política, exige que todos estejamos engajados nisso: os setores sociais, as igrejas, a classe política, a sociedade como um todo. Não é justo que num País como o nosso, de dimensões continentais, com clima bom, com terras férteis, pessoas não tenham o alimento na mesa, como já está acontecendo em nosso Estado. Eu visitei um projeto social, e me disseram que muitas crianças chegam lá prostradas, mas que depois que comem alguma coisa, saem daquele torpor, volta-lhes



REALIZADA EM 12/04/2022

AL-21

a energia — parece que é sono, e não é: é fome, é fraqueza! É um momento extremamente preocupante, e nós, como políticos, não podemos nos fechar numa redoma, indiferentes à situação dos nossos irmãos, das pessoas menos favorecidas, de quem está passando por gigantescas dificuldades para comprar o alimento, o pão de cada dia para a sua família. Parabéns, Deputado! Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Muito obrigado, Deputado, pelo aparte. Essa situação relatada por Vossa Excelência é inadmissível num País como o nosso, de um povo trabalhador, País de terras férteis, que tem condições de produzir excedentes suficientes para alimentar o seu povo e o resto do mundo. É inadmissível que num País assim se verifique uma situação de miserabilidade, de fome, de insegurança alimentar, como essa que estamos vivendo. Outro dia o Deputado Amarildo Cruz fez aqui uma audiência pública sobre a proposta de reativação dos restaurantes populares... É isto, alguma coisa tem de ser feita de forma emergencial... Mas não podemos esquecer que quem está à frente da política econômica é o governo federal, e política econômica deve ter alguma proposta nesse sentido, no sentido de fazer frente ao aumento de preços dos alimentos.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Deputado Pedro Kemp, para concluir.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Para encerrar, Presidente, o que a gente lamenta é não ver nenhuma proposta, nenhum projeto sendo anunciado... E aí só nos resta, nas eleições, dar um basta a esse governo e esperar que ano que vem a gente viva outra situação, de retomada das rédeas da economia, de retomada do crescimento, do desenvolvimento desta grande Nação chamada Brasil. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Deputado Amarildo Cruz. Vossa Excelência tem a palavra, dispondo de dez minutos.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, eu ocupo a tribuna nesta manhã para falar de um tema do qual já venho tratando com o Executivo — hoje conversei novamente com o Governador Reinaldo a respeito dessa questão. E aqui no Parlamento, no outro Poder constituído, nós temos que ocupar os espaços, debater os problemas que nos afligem, Deputada Mara Caseiro, líder do governo aqui na Casa. Nós temos que buscar uma saída para essa questão. O Governo do Estado editou o Decreto nº 15.908, agora em 30 de março, que afeta diretamente a cadeia produtiva da pesca aqui em Mato Grosso do Sul. Gostaria de lembrar que falo aqui também como Coordenador da Frente Parlamentar da Pesca, criada aqui na Alems, e como tal tenho um contato direto com as vinte e quatro colônias de pescadores instaladas em Mato Grosso do Sul. Lá na sua região, Deputada Mara, há colônia de pescadores, é o pessoal ali das margens do Rio Paraná, há colônias em todo Mato Grosso do Sul. É muito sensível essa questão para um Estado tão rico, tão piscoso quanto o nosso — muitas famílias já estão na terceira, quarta, quinta, sexta, sétima geração de pessoas que se dedicam ao ofício da pesca artesanal, não só de subsistência, também para comercialização. Isto é uma cultura, é



AL-22

a realidade do nosso Estado. Durante todos os meus mandatos sempre militei na defesa da questão ambiental: apresentei vários projetos, fiz vários debates agui... Nós temos de cuidar do nosso patrimônio natural, de nossos recursos hídricos. Mato Grosso do Sul é um dos Estados mais ricos com relação à quantidade de rios e à riqueza da sua piscosidade: muitos turistas vêm aqui pescar. Mas como compatibilizar cuidados ambientais com a necessidade de também preservar a cultura dessas famílias, que vivem da pesca tradicional há tanto tempo? Na minha avaliação, e tenho externado essa preocupação ao governo, o Executivo exagera ao lançar mão de um decreto como esse, pois com ele está na verdade proibindo a pesca em nove trechos do Parque Estadual do Rio Negro. São vários trechos entre Aquidauana, Miranda, Bodoquena, Bonito, Rio Negro: em toda essa região a pesca está limitada, proibida mesmo. Isso está claro no decreto. Segundo o decreto, a pesca está proibida em nove trechos; nesses lugares as pessoas estão proibidas de pescar: quando muito, podem pegar e soltar o peixe, podem praticar o pesque-e-solte. Lógico que a ideia aqui é preservar. Mas vejamos como vem isso expresso no decreto [artigo 20-A]: "Aquidauana, no trecho que compreende o local conhecido como Garrafa na Estância Caiman [até sua foz com o Rio Miranda]; Miranda, no trecho que compreende a ponte da MS-184 na comunidade Passo do Lontra [até o Canal do Arrozal na Fazenda Cristo Redentor]: Vermelho, em toda а sua extensão na zona de amortecimento; Carrapatinho, em toda а sua extensão na zona de amortecimento; Touro Morto, em toda a sua extensão na zona de amortecimento; Agachi, em toda a sua extensão na zona de amortecimento; Abobral, em toda a sua extensão na zona de amortecimento; Negro, em toda a sua extensão na zona de amortecimento". Nesses trechos fica apenas autorizado o regime especial de pesca no Sistema Pesque e Solte. Bom. O que que acontece nesses trechos?... Muitas famílias estão instaladas à beira desses trechos há muito tempo; ali vivem, ali pescam, ali moram, trabalham, vivem da pesca. Como essas pessoas não podem se dar ao luxo de apenas praticar o pesque-e-solte, elas têm de ir pescar em outro lugar... Mas se esse pescador for se locomover, transportar esse pescado, para comercializar, aí, quando entra numa dessas outras áreas, ele está arriscado a ser barrado pela Política Ambiental, a ser multado, a ter todo seu equipamento de pesca confiscado, etc. E nós estamos falando aqui de pescadores ribeirinhos, e nós sabemos qual é o perfil do pescador ribeirinho em nosso Estado: é gente humilde, é gente pobre, é gente que vive da pesca!... Ah, mas e o atravessador, que compra barato e vende para o mercado?... Isso realmente existe, é um problema econômico. Só que aquele que vai lá, que pratica a pesca, e que vende o peixe, este realmente é humilde, esse perfil todo mundo conhece. Nós vamos acabar com essa atividade? E aí, o mais importante que eu reivindico, Deputada Mara, é que a gente abra um diálogo entre esse setor e o governo. Já conversei com o Governador Reinaldo, já estive lá no Imasul, com o André [André Borges Barros de Araújo, diretor-presidente do Imasul]... No Imasul os técnicos são favoráveis a que se editem medidas como essa, mas desde que se dialogue com esses setores. É preciso ouvir também outros setores: donos de pousada, de barcos, que vivem do turismo, e que querem a prática do pesque-e-solte. Tudo bem, é importante preservar, mas é preciso ouvir também o pessoal da pesca artesanal, porque esse setor também existe, não dá para ignorá-lo; não dá para editar um decreto como esse sem ouvir um único presidente ou diretor de nenhuma das vinte e quatro Colônias de Pescadores do Estado. Então o que estamos reivindicando aqui é



AL- 23

que o governo abra um espaço, abra um canal para dialogar com esse setor. Eu recebi vários vídeos com depoimentos de pescadores, alguns até remeti para o governador. Posso também passar para a Deputada Mara, que eu tenho certeza que tem interesse em ajudar nesse sentido — para que a gente abra esse diálogo, para ouvir o reclame dos pescadores. Tem gente que financiou embarcação que não vai ter mais condições de pagar, porque em tal trecho não se pode pescar. Mas se a pessoa não pesca em outro trecho, como é que fica? Como é que vai vender o pescado para poder pagar os compromissos, o financiamento do barco? Com "barco" quero dizer um bote simples, com motorzinho 15, só para pescar, para sobreviver. Há toda uma programação, porque as pessoas vivem de programação, por mais humilde que seja o seu orçamento familiar. Mas de repente tudo isso é interrompido, não houve um diálogo, não foi um decreto construído dentro de uma ponderação, não se ouviu o outro lado. Eu sugeri ao governador, Deputada Mara, e acho que Vossa Excelência pode ajudar bastante nisso, que se reative o Conpesca, que é o Conselho Estadual da Pesca: isso depende de um ato do governo. Reativando-se o Conpesca, nós teremos um fórum legítimo de discussões onde poderemos resolver essas questões. Ali, claro, estarão representantes do governo, e aí poderemos buscar, com certeza, alternativas que nos permitam amenizar a situação: precisamos olhar para o outro lado, para o reclame desses pescadores. É um ato simples, fiz hoje, inclusive, uma indicação nesse sentido, que gostaria que fosse aqui endossada, ratificada por todos os colegas que tiverem interesse. É simplesmente cobrar do Executivo a reativação do Conpesca. Assim como há tantos outros conselhos em outros setores, por que não também o Conselho Estadual das Pesca? Reativado o Conpesca, aí sim podemos encontrar uma saída; com o Imasul, com os representantes dos pescadores, com os representantes da Assembleia, com os representantes do Ministério Público, mas sempre dando espaço para os pescadores mais humildes, tradicionais, que vivem da pesca de subsistência e da pesca comercial. Estou falando dos pequenos aqui, não estou falando de nenhum frigorífico, de nenhum grande produtor de peixe: estou preocupado aqui é com os ribeirinhos que vivem lá há sete, oito gerações, gente que vive da cultura da pesca para sobreviver, para comercializar, para poder sustentar a família. Com a presença deles dentro do conselho, com certeza absoluta nós vamos fazer esse debate de forma mais adequada, levando, claro subsídios para que o governo possa, aí, sim, alterar o decreto naquilo que for possível, de forma a preservar um mínimo de dignidade para essas pessoas, algo que lhes permita sobreviver. Esse é o reclame que eu me vejo na obrigação de fazer, e o faço na condição de Coordenador da Frente Parlamentar da Pesca desta Casa; nós já viemos tratando dessa questão faz um bom tempo; fizemos essa indicação, pois a reativação do Conpesca é fundamental. Nós, inclusive, chegamos a pleitear que o governador, de imediato, revogasse o decreto até a reativação do Conpesca. O pedido que trago à tribuna é uma demanda de todos os pescadores que vivem da pesca de subsistência, da pesca comercial, de gente que cultua isso há muito tempo, que há tempos estão instalados na beira dos rios de Mato Grosso do Sul, especialmente nos trechos onde o decreto proíbe a pesca neste momento. O decreto saiu agora no dia 30 de março, já está em vigor portanto, a Polícia Ambiental tem feito batidas diárias nesses trechos para cumprir a eficácia do decreto; mas nós, obviamente, estamos vigilantes, cobrando que o Executivo discuta isso de uma forma mais profunda com o setor, para que possamos encontrar uma saída, para manter as condições de sobrevivência dessas pessoas — mantendo claro

AL-24

os cuidados com a preservação, que também é uma preocupação nossa. Preservação é importante, mas essas pessoas também têm que sobreviver. Precisamos achar uma saída para essa situação, e a obrigação do Parlamento, que é onde reverbera a voz dessas pessoas, é trazer isso à tona, é dar publicidade à questão; precisamos reafirmar, para todos os pescadores do Estado, o nosso compromisso de continuar fazendo esse debate, fazendo essa cobrança incansavelmente até que se ache uma saída para esse setor tão importante para a economia estadual. Todos sabem do potencial pesqueiro de Mato Grosso do Sul, é uma tradição nossa, um Estado tão rico em águas, precisamos disciplinar isso, principalmente para aqueles que vivem aqui. Quanto ao turista quem vem aqui pescar por esporte, lazer, praticar o pesque-e-solte, nós temos um regramento adiantado para isso. Mas temos que fazer esse regramento também levando em consideração, e muito, a cultura, a tradição dessas famílias que vivem da pesca, já na sua quinta, sexta, sétima, oitava geração em Mato Grosso do Sul. É nosso dever olhar para esse setor, e nós vamos estar sempre vigilantes fazendo essa defesa agui no Parlamento, Senhor Presidente. Deputada Mara, conto com a sua colaboração, tenho certeza que, com a sua sensibilidade, a senhora tem plenas condições de nos ajudar na reativação do conselho, de levar essa discussão para esse fórum, para que possamos equilibrar um pouco essa questão do decreto. Preservar, sim; mas acima de tudo manter essas famílias vivas, com condições de subsistência, com condições de comercializar, com um mínimo de dignidade. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Obrigado, Deputado Amarildo, e parabéns por trazer esse tema importante. Precisamos ouvir o outro lado. Nós também recebemos mensagens de alguns pescadores, principalmente da região do Pantanal. Muito prudente e necessária essa discussão. Deputada Mara, Vossa Excelência tem dez minutos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (sem revisão do orador) - Obrigada, Senhor Presidente. Posso falar daqui?

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Pode falar daí mesmo.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Com relação à reivindicação do nosso Deputado Amarildo Cruz, da reativação do conselho da pesca, acho a ideia muito interessante. Acho também que o nosso governador está aberto ao diálogo, com certeza ele vai abrir essa oportunidade, Deputado Amarildo, da reativação do Conpesca. É importante abrir esse diálogo, não esquecendo da preservação, nem muito menos da subsistência. É como disse Vossa Excelência, os ribeirinhos dependem da pesca, e é uma tradição. Acredito que há margem para o diálogo, para que se cheque a um denominador comum, algo que atenda os dois lados: preservação e subsistência. Mas, Senhor Presidente, em 2021 nós fomos procurados por diversas vereadoras que nos vieram falar de um tema que já é um debate nacional: a dignidade menstrual, a dignidade e a pobreza menstrual no Brasil. Durante muito tempo foi um tabu falar sobre isso, mas acho que o momento atual é de buscar soluções, para que as nossas mulheres, principalmente de baixa renda, possam ter a possibilidade de comprar esses absorventes, possam viver de uma maneira mais digna. Como dizia, fui procurada por várias vereadoras com essa reivindicação, como a Camila Jara, aqui de

AL-25

Campo Grande. Fizemos então o pedido, em 2021, pedimos a isenção do imposto sobre esses produtos. Hoje eu conversei com o Governador Reinaldo, porque nós sabemos que não é competência nossa, não é iniciativa nossa fazer leis versando sobre tributação, sobre diminuição ou aumento de tributos: não é competência do Legislativo, e sim do Executivo. Nesse sentido, nós não teríamos como apresentar uma lei reduzindo o imposto sobre os absorventes em nosso Estado. Mas, o Governador, em uma conversa que tivemos, se propôs a reduzir o imposto sobre os absorventes, de 17% para 12%. Inclusive, ele me disse que alguns vereadores também lhe apresentaram essa solicitação. A questão é que este ano é um ano eleitoral, e o Executivo está impedido de fazer qualquer tipo de renúncia de receita. Mas o Governador se comprometeu a fazer essa redução após o período eleitoral. Eu quero deixar isso bem claro porque há um movimento nacional nesse sentido, capitaneado principalmente pelas vereadoras. Creio que todos os Deputados desta Casa são favoráveis a esta proposta. Mas a causa é das mulheres; são elas que estão à frente desse movimento, dessa luta em prol da dignidade menstrual. Eu quero apresentar-lhes alguns dados referentes a 2021. Segundo a ONG Fluxo sem Tabu, "considerando uma mulher com cerca de quatrocentos e cinquenta ciclos menstruais durante a vida, estima-se um gasto de R\$ 6 mil, em média, com absorventes descartáveis". A ausência de condições sanitárias mínimas é somada aos problemas gerados pela vulnerabilidade econômica e pelo uso de formas improvisadas de estancar o sangramento menstrual. Algumas mulheres usam pedaços de pano, roupas velhas, jornal e até miolo de pão no lugar do absorvente por não terem condições de adquirir o produto adequado. Algumas pessoas dizem: "Ah! Mas será que é tudo isso?" Eu digo sim; porque o ciclo menstrual acontece todos os meses. Ou seja, muitas mulheres passam por essa dificuldade o ano todo. Então, questões fiscais nos oferecem uma grande oportunidade de garantirmos os direitos humanos. Para concluir, Senhor Presidente, quero frisar que o Governador se propôs a reduzir o imposto sobre os absorventes, após o período eleitoral, de 17% para 12%...

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Um aparte, Deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Eu concedo um aparte ao Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Deputada, eu quero aproveitar a manifestação de Vossa Excelência e parabenizar algumas pessoas pela iniciativa de abraçar esta causa. Eu sei que há um pleito nesse sentido, a Vereador Camila Jara aqui de Campo Grande, vereadores do interior e Vossa Excelência estão engajados nessa missão. E os dados que a senhora apresentou aqui justificam a proposta. O objetivo do projeto, em suma, é dar dignidade menstrual a mulheres que não têm condições de comprar regularmente o absorvente. Dependendo do local em que se discute o assunto, algumas pessoas dizem: "Ah! Isso é um absurdo! Você não tem coisa mais séria para fazer?" Quem diz isso, a meu ver, não se coloca no lugar dos mais necessitados. Como a Deputada disse, há mulheres que, por não terem condições financeiras, usam, no lugar do absorvente, pano, jornal, miolo de pão... Isso é muito triste. Quero parabenizar o Governo pela compreensão, por entender a importância desta proposta. Nós já discutimos inúmeras vezes aqui nesta tribuna a

REALIZADA EM 12/04/2022

AL-26

questão do incentivo fiscal para grandes empresas, a questão da redução de base de cálculo para cobrança de ICMS para grandes empresas... Aí nós não estamos falando de coisa pequena, de absorvente; estamos falando de milhões de reais que o Estado acaba deixando de arrecadar. E esses valores não arrecadados poderiam ser utilizados na geração de emprego, no benefício a vários setores e na geração de riquezas, obviamente. Então, a Secretaria de Fazenda abaixar a alíquota para o consumidor final, de 17% para 12%, é muito importante. Mas esse é um ato do Executivo, um ato que não cabe a nós Parlamentares. A nós cabe fazer a indicação. Penso que reduzir um, dois, três reais, que seja, no preço do absorvente ajuda bastante essa parcela da população que nós queremos atender. Eu vi o Governador se manifestar sobre o assunto, e, realmente, neste período pré-eleitoral, não é possível fazer essa renúncia fiscal. Parabéns à Vereadora Camila Jara, ao Executivo, a Vossa Excelência, aos Deputados favoráveis à proposta! Somente isto. Obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Obrigada, Deputado Amarildo Cruz.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Deputada, eu vou pedir para Vossa Excelência concluir.

DEPUTADA MARA CASEIRO - O meu tempo se encerrou?

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Sim. Mas como o assunto é importante, eu vou permitir que a senhora conclua.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Na verdade, eu ainda tinha, Presidente, alguns pleitos a apresentar, mas vou deixá-los para amanhã. Em suma é isso, é um compromisso de um governador sensível, que já tem olhado pelo social, que tem trocado postos, empregos no Estado; e que já sinaliza o compromisso de reduzir o ICMS de 17% para 12% sobre os absorventes no Estado de Mato Grosso do Sul. Obrigada, Deputado Amarildo, obrigada às nossas vereadoras que nos procuraram, de praticamente todo o Estado; faço esse agradecimento em nome da Camila Jara, que esteve em meu gabinete em 2021, quando fiz esse primeiro pedido de isenção. Era isso. Obrigada, Presidente e Deputados.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Como Presidente, gostaria de fazer um comentário. Nós temos um projeto tramitando que pode somar nessa luta, que é o "Menstruação sem Tabu", projeto de nossa autoria, que vai inclusive nos permitir fazer um trabalho na Secretaria de Educação com as nossas adolescentes. Eu tenho alguns dados que posso compartilhar com Vossa Excelência; por exemplo, que algumas meninas, por não terem o absorvente, ficam praticamente uma semana sem ir à aula, ou seja, a cada quatro semanas letivas, perdem uma, o que lhes atrapalha muito o rendimento escolar. Então eu gostaria de me somar a Vossa Excelência para que possamos avançar — o projeto está nas comissões, até preciso ver em que pé está. Há meninas que recorrem a miolo de pão, pano, são obrigadas a isso por não terem condições de comprar absorvente. Parabéns a Vossa Excelência! Pode contar conosco, que sem dúvida vamos precisar do seu apoio para que o nosso projeto também siga firme, para que possamos fazer um trabalho na rede estadual de

26 ° SESSÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 12/04/2022**

AL-27

educação com essas meninas, conscientizando a todos, até os meninos, dessa situação que as mulheres enfrentam todos os meses. Obrigado, Deputada. Com a palavra, o Deputado Barbosinha, que está ali aguardando ansiosamente.

DEPUTADO BARBOSINHA (sem revisão do orador) - Bom dia, Deputado Herculano Borges, no exercício da Presidência. Bom dia, minha querida Deputada Mara Caseiro, que ilustra o nosso Parlamento com a sua graça, com a sua competência, a nossa líder do governo. Saúdo também quem nos acompanha pelas redes sociais e pela TV Assembleia. Inicio, Presidente, falando com a população de Angélica. O Diário Oficial do dia 11 de abril, à página 131, traz o resultado da licitação de uma obra muito importante, obra de infraestrutura urbana: a pavimentação asfáltica e drenagem de água pluviais da Avenida Francisco Marcolino da Costa. Essa obra, a um custo de aproximadamente nove milhões e meio de reais, é a realização de um sonho da população daquele município. É uma avenida importante, que margeia o primeiro conjunto habitacional de Angélica, que interliga a saída do Distrito de Ipezal, em Deodápolis, ao Município de Ivinhema. Há muitos anos se esperava essa obra, e pouca gente acreditava que pudesse acontecer. Não faz muito tempo, tivemos uma audiência com o prefeito em exercício, acompanhado de vereadores, onde estava presente também o Eduardo Riedel, ocasião em que o secretário anunciou a autorização, a liberação dessa obra tão importante. É um valor expressivo, são nove milhões e meio de reais; além da questão da drenagem, a via precisa também de um dissipador. O resultado já está devidamente adjudicado à empresa vencedora, e a gente espera que a obra se inicie em breve. Então, mais uma vez vão aqui meus agradecimentos ao Governador Reinaldo Azambuja, ao competente Secretário Eduardo Riedel, nosso pré-candidato a governador, por esse conjunto extraordinário de obras que vêm sendo tocadas nos setenta e nove municípios de Mato Grosso do Sul; a população de Angélica agradece. Eu prossigo aqui, Senhor Presidente, registrando uma indicação, cujo pedido me foi encaminhado pelo Vereador Flávio de Oliveira, do Município de Laguna Carapã, que me parece uma reivindicação importante. A indicação é encaminhada ao Senhor Marcelo Sampaio Cunha Filho, Ministro da Infraestrutura e Presidente do Conselho Nacional de Trânsito, o Contran, com cópias ao Secretário Antônio Carlos Videira, ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, e também ao líder da bancada federal de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, solicitando a supressão (ou a criação de alternativas) dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 2º, da Resolução nº 946/2022 do Contran, que dispõe sobre o uso de lonas para a cobertura de caminhões que transportam cargas de sólidos a granel. O que é que está acontecendo, Deputado Herculano Borges? Hoje, quando produtores precisam transportar soja, milho a granel, produto da sua roça, até o armazém chegam ao local e são encontrados sem a lona, eles são multados. Então, não faz sentido, por exemplo o caminhão rodar seis, sete, dez quilômetros para levar um produto até o armazém e ser multado. A gente sabe que esse processo segue o plantio e necessita de agilidade. Acho que este requerimento encaminhado pelo Vereador Flavio Oliveiro, Presidente da Câmara de Laguna Carapã, é pertinente e merece a consideração do Contran e da nossa bancada federal. É importante, portanto, que sejam criadas alternativas para o transporte de curta distância. Ademais, estou fazendo também uma indicação ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, ao Senhor Jair Leite, Superintendente Estadual

ATA Nº 30 26 ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12/04/2022

AL-28

da Fundação Nacional de Saúde, e ao Senhor Prefeito de Itaquiraí, Thalles Tomazelli, solicitando a perfuração de poço e melhorias na reservação e redistribuição de água no Assentamento Tacamavi, no Município de Itaquiraí. Com esta indicação, estou atendendo a um pedido do Vereador Gerson Rodrigo Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Itaquiraí. Faço, ainda, uma indicação ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Senhor Antonio Carlos Videira, e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Senhor Marcos Paulo Gimenes, solicitando a reforma do 3º Pelotão de Polícia Militar de Angélica, bem como a aquisição de computadores, armários, pastas, etc. Nós sabemos que a Secretaria de Estado de Segurança Pública, por intermédio do Secretário Carlinhos, tem feito várias reformas no Estado. Recentemente, inclusive, eu estive no Distrito de Ipezal, participando do evento de entrega do Destacamento da Polícia Militar, que foi reformado e mobiliado. Agora nós estamos solicitando que o mesmo servico seia feito no Município de Angélica. Por último, para encerrar, faço uma indicação ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, ao Senhor Renato Marcílio da Silva, Secretário de Estado de Infraestrutura, ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, e ao Prefeito de Deodápolis, Senhor Valdir Sarcor, solicitando a pavimentação asfáltica no Conjunto Habitacional Santa Teresinha. Sabemos que a prefeitura já fez toda a parte de drenagem, agora estamos reivindicando ao Governo o asfalto. Com essa solicitação, estou atendo ao pedido do Vereador Donizete Jose dos Santos, de Deodápolis. Somente isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Deputado Herculano Borges) - Muito bem. Senhores Deputados, neste momento, eu quero usar da palavra para apresentar duas moções. Primeiro, quero destacar a ação de um grupo de policiais do 2º Pelotão da Polícia Militar de Camapuã. Solicito que seja encaminhada moção de congratulação ao Comandante Primeiro-Tenente QOPM David Carvalho do Nascimento, com cópia autônoma ao Cabo Vagner Roberto da Costa e aos Soldados André Luís Guedes da Costa, Tiago Santana Zanato e Evandro da Silva Santos, pelo atendimento a uma ocorrência no dia 7 de janeiro deste ano. Na ocasião, a guarnição fez um brilhante trabalho ao salvar uma criança de um ano de idade que se encontrava engasgada e já desmaiada. Os policiais estavam fazendo uma ronda pelo local, quando foram abordados pela mãe da criança. Ao chegar no local, os policiais perceberam que o bebê havia se engasgado com o alimento. Como o fato havia ocorrido há algum tempo, a criança já estava sem sinais vitais, com a pele roxa, quase morta. Então, os policiais pegaram a criança dos braços da mãe e, de forma muito corajosa e eficiente, realizaram os primeiros socorros e a levaram ao hospital. Felizmente, eles conseguiram salvar a vida da criança. Ações como essas devem ser destacadas. Parabéns aos policiais. Que eles continuem desenvolvendo esse trabalho de excelência. Por último, quero encaminhar uma moção de pesar aos familiares do Senhor Erci Pastorizio Elias pelo seu falecimento, ocorrido no dia 8 de abril, aqui na Capital. Peço que Deus conforte os corações dos familiares da Graciela Cristina Abrão e do Valdecir Joaquim de Oliveira, nossos amigos, nossos irmãos de longa data na caminhada cristã. Era só. Não há mais nenhum Deputado inscrito. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h25min).